

A emergência de modelos contra-hegemônicos de educação superior:

a universidade federal do sul da bahia (ufsb) e sua contribuição para a redefinição da geopolítica do conhecimento

Manuel Tavares & Tatiana Romão
conversam com o Prof. Naomar Almeida Filho

O Professor Naomar Almeida Filho é, atualmente, Reitor pro-tempore da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Bolsista de Produtividade do CNPq (nível 1-A). Professor Titular de Epidemiologia no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Médico, Mestre em Saúde Comunitária, Ph.D. em Epidemiologia. *Doctor of Science Honoris Causa McGill University*, Canadá. Professor Visitante nas seguintes universidades: Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, Universidade da Califórnia em Berkeley, Universidade de Montreal e Universidade Harvard. Primeiro Titular da Cátedra Juan Cesar Garcia da Universidad de Guadalajara, México; Professor Convidado da Maestría en Epidemiología da Universidad Nacional de Lanús, Argentina.

Atividade científica: epidemiologia de transtornos mentais, particularmente o efeito de raça, racismo, gênero e classe social sobre a saúde mental. Em sua produção acadêmica, destaca-se uma série de livros-texto sobre o método epidemiológico:

Filho, N. A. (2011). *O que é Saúde?* Rio: Fiocruz.

Filho, N. A. (2000a). *A ciência da saúde*. São Paulo: Hucitec.

Filho, N. A. (2000b). *La ciencia tímida: ensayos hacia la deconstrucción de la deconstrucción de la epidemiología*. Buenos Aires: Editorial Lugar.

Filho, N. A. (1997). *A clínica e a epidemiologia*. Rio: Abrasco/ APCE (2.ª ed. 1997).

Filho, N. A. (1989). *Epidemiologia sem números*. Rio: Campus (Tradução em espanhol Buenos Aires: Paltex/Opas, 1992).

Filho, N. A. & Barreto, M. (2011). *Epidemiologia & Saúde: Fundamentos, Métodos, Aplicações*. Rio: Guanabara-Koogan.

Filho, N. A. & Rouquayrol, R. (2003a). *Epidemiologia & saúde*. Rio: Guanabara-Koogan (6ª. ed.).

Filho, N. A. & Rouquayrol, R. (2003b). *Introdução à epidemiologia*. Rio: Guanabara-Koogan (4ª. ed.).

Foi Reitor da Universidade Federal da Bahia de 2002 a 2010. Desde então, tem focalizado sua produção acadêmica em estudos sobre a universidade e sua relação com a sociedade, destacando-se os seguintes livros:

Filho, N. A. (2007a). *Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos*. Brasília: Editora UnB.

Filho, N. A. (2007b). *Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010*. Salvador: Edufba.

Filho, N. A. & Santos, F.S. (2012). *A Quarta Missão da Universidade*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra.

Filho, N. A. & Santos, B. S. (2008). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.

Foi Presidente da Comissão de Implantação e, atualmente, é Reitor pro-tempore da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Manuel Tavares - *O modelo Institucional da Universidade Federal do Sul da Bahia foi concebido para atender "às circunstâncias da nova conjuntura econômica e política do Brasil no mundo contemporâneo, bem como às especificidades sociais e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia". Esta afirmação pode querer significar que os modelos tradicionais das Universidades Federais não respondem às exigências da nova conjuntura econômica brasileira. Se esta inferência é verdadeira, quais as diferenças, do ponto de vista político-pedagógico, entre a nova matriz institucional da UFSB e as matrizes institucionais tradicionais?*

Naomar de Almeida Filho – As premissas de sua questão são corretas e pertinentes. De fato, a universidade brasileira não responde às demandas da nova conjuntura nacional. A educação superior no Brasil conserva o modelo de entrada direta em faculdades para cursos de formação profissional, consolidado pela reforma universitária provocada pela Revolução Francesa. Foi um momento de grande turbulência na história do ocidente europeu, mas isso se deu há mais de dois séculos. A cultura francesa muito influenciou a nossa educação superior durante todo o Império, no século XIX. A universidade brasileira atual

tem essas raízes, ainda mais distorcidas pela reforma universitária de 1968, promovida pela ditadura militar. É uma estrutura organizacional fixa, fragmentada em faculdades, escolas e departamentos, o que resulta fazê-la muito elitista. Os cursos mais procurados têm suas vagas preenchidas por jovens de classe média e alta que tiveram apoio financeiro para uma preparação, em geral muito cara, capaz de garantir a aprovação nos exames de ingresso. Nada disso interessa a um projeto como o nosso, de criar uma universidade de raízes populares, voltada para a sociedade, com forte marca territorial e, ao mesmo tempo, aberta ao mundo globalizado. Temos uma dupla fonte de inspiração nesse sentido: a obra teórica de Milton Santos e os modelos concretos de Anísio Teixeira.

MT – *Na proposta institucional da Universidade Federal do Sul da Bahia parece haver duas principais influências: o processo de Bolonha (organização em ciclos) instituído nas universidades europeias e o modelo americano de ensino superior (Community College). A proposta da UFSB pretende ser uma síntese entre os dois modelos?*

NAF – O Processo de Bolonha não esconde uma intenção de ajuste ao sistema modular e progressivo que define o modelo do *college* norte-americano. A vantagem competitiva do regime de ciclos num cenário de internacionalização da educação ameaçava a universidade do continente europeu, fragmentada em quase duas dezenas de modelos nacionais. Além disso, as dificuldades de integração econômica e política advindas dessa fragmentação podem ser, e têm sido, superadas. Mas quais são os principais problemas do atual modelo europeu? Na minha opinião, não se aproveita a oportunidade da criação do Espaço Universitário Europeu para promover a interdisciplinaridade na formação universitária. Acho que talvez isso se deva ao fato de que, na maioria dos países, o ensino secundário tem alta qualidade e densidade cultural. Mas, além disso, ou talvez por causa disso, na maioria dos países da Europa se reduziu o escopo da universidade à profissionalização rápida e precoce, com estruturas curriculares fixas. O modelo que estamos implantando na UFSB – Colégios Universitários integrados a Bacharelados Interdisciplinares, pode ser descrito como uma proposta de combinar o melhor dos dois modelos, evitando alguns dos problemas de cada um deles. Assim, temos um bacharelado de três anos prévio a todos os cursos de formação profissional e acadêmica específicos, que remete ao modelo de Bolonha, com uma estrutura curricular aberta às escolhas dos alunos, com forte ênfase na formação geral, que remete ao modelo dos *colleges* dos Estados Unidos e do Canadá. Ao adotar esse modelo, fomentamos em sua arquitetura curricular uma franca abertura à interdisciplinaridade e à etnodiversidade. Além de promover qualidade, flexibilidade, autonomia, mobilidade e compromisso

social nas práticas pedagógicas da universidade brasileira, tornando-a mais integrada ao panorama contemporâneo de educação superior, postulamos o resgate da instituição universitária como casa da cultura.

MT – *Os Colégios Universitários (CUNI) são uma proposta inovadora para o acesso ao ensino superior dos alunos da escola pública. O ingresso se dará mediante o ENEM e os indígenas aldeados, quilombolas e assentados terão acesso direto à etapa de Formação Geral, independentemente da classificação no ENEM, desde que aprovados. É uma forma de ultrapassar a política de cotas ou trata-se de uma tentativa de incremento de um modelo popular de educação superior, permitindo o acesso àqueles que, historicamente, foram excluídos da universidade? Não considera que os Colégios Universitários possam, no futuro, ser uma espécie de “instituição democrática discriminatória”?*

NAF – Os Colégios Universitários formam uma rede, a Rede Anísio Teixeira, que cobre todos os municípios da Região Sul da Bahia que têm mais de 20 mil habitantes. Os estudantes pobres só têm condição de estudar em escolas públicas, até porque nem existem outras nessas áreas tão remotas. O Município de Mucuri, só para dar um exemplo, está a mil quilômetros de Salvador, a capital do Estado da Bahia. E na região toda, são quase 18 mil egressos do ensino médio, que só encontram 1.400 vagas públicas de educação superior, a maioria em formações que não têm nenhum impacto sobre o desenvolvimento regional. Nossa intenção com essa estrutura descentralizada é massificar a oferta de educação superior, superando inclusive a exclusão territorial. Estimamos abrir mais de nove mil vagas a cada ano. É claro que se der certo, isso tudo vai inevitavelmente transcender a questão das cotas. Ora, se toda a instituição estiver estruturada para uma efetiva integração social, não precisaremos ter programas de ações afirmativas porque tudo o que fizermos será ação afirmativa. A questão de uma possível “guetização” dos CUNI realmente nos preocupa. Estamos planejando várias medidas para reduzir esse risco, que não é trivial. Desde a implementação de um sistema integrado de tutoria-mentoria-monitoria, alcançando a todos os alunos, sem discriminação de localidade e origem, até à produção de conteúdos indiferenciados nos dois espaços de atuação da universidade, tanto nos campi quanto na Rede Anísio Teixeira. Além disso, prevemos programas de intensa mobilidade, integrando inclusive ações de extensão na rede de colégios.

MT – *Tendo em consideração que a Universidade Federal do Sul da Bahia pretende responder às carências de formação e às demandas socioeconômicas da região Sul da Bahia, houve alguma participação dos movimentos sociais na construção da matriz institucional da universidade? Em caso afirmativo, que tipo de participação?*

NAF – Desde que a comissão de implantação foi formada, em janeiro de 2012, percorremos praticamente todos os municípios e localidades da região, apresentando e debatendo o modelo proposto. Mais de 80 reuniões e audiências públicas foram feitas, visitamos quase 100 escolas, durante dois anos, conversando com professores, alunos, caciques indígenas, lideranças comunitárias e de ONGs, mas também empresários, políticos, intelectuais. Quando instalamos o Conselho Universitário, e fizemos questão de fazê-lo nas três sedes, demos posse a representantes da comunidade em base paritária. Temos estudantes, assentados, índios, quilombolas, executivos, políticos, empresários, agricultores, ambientalistas, sindicalistas, todos como membros honorários do colegiado principal da instituição, mas isso ainda vai evoluir para um conselho próprio, com maioria da comunidade. Aprovamos em nosso Estatuto, no momento sendo apreciado pelo Conselho Nacional de Educação, que teremos um Conselho Estratégico Social que, entre atribuições consultivas, terá a tarefa de organizar anualmente um Fórum Social Regional para melhor articular os projetos acadêmicos às demandas sociais da comunidade.

MT – *“O Projeto Institucional e Político-Pedagógico da UFSB tem como base uma concepção de Universidade como instituição social e cultural destinada à formação e emancipação do sujeito e à promoção de transformações profundas da sociedade”. Esta afirmação implica que as matrizes curriculares dos diversos cursos promovidos pela UFSB deverão contemplar toda a diversidade cultural e promover a construção de novas formas de conhecimento contra-hegemônicas. Todavia, o processo seletivo de professores obedece a regras previamente estabelecidas (concurso). Como incluir e promover a diversidade cultural e as novas epistemologias contra-hegemônicas com professores formados a partir de um paradigma hegemônico e, eventualmente, ainda colonial?*

NAF – Esta questão é crucial. Fizemos um grande esforço para resolvê-la de modo criativo e eficiente. Começamos por modificar o sistema de recrutamento de professores e funcionários. Antes de realizar concursos públicos para todas as vagas, como normalmente fazem as outras instituições federais de ensino superior, lançamos chamadas públicas para o recebimento de propostas de redistribuição de professores de outras universidades federais que se identificam com o Projeto. Muitos se apresentaram e, após uma seleção de propostas e avaliação de currículos, foram convidados a participar do que chamamos de semináriooficinas, onde discutimos cenários, problemas e detalhes da proposta. Isso nos serviu também para identificar os proponentes que demonstravam uma postura crítica aos modelos vigentes, compreendiam a real necessidade de quebrar paradigmas e efetivamente incorporavam os conceitos e princípios

da UFSB. Somente então fizemos concursos públicos, mas testando um formato diferente, dentro dos parâmetros permitidos pela legislação brasileira. Por um lado, não postulamos recortes disciplinares nos editais, com restrição de formações profissionais como pré-requisito, como se faz geralmente. Muito pelo contrário, os temas foram amplos, definidos de modo inter e transdisciplinar e praticamente qualquer combinação de área de graduação e titulação foram aceitas. Por outro lado, realizamos o concurso em etapas eliminatórias. A primeira etapa consiste de duas provas, em formulário eletrônico, sobre os temas do concurso e, o que é mais importante, sobre conhecimento e apreciação do Plano Orientador da universidade. O exame do currículo constituiu uma segunda prova, eliminatória e classificatória, a fim de selecionar os três candidatos que fariam enfim a última etapa. Esta consistiu de prova de aula e, em vez de arguição de um Memorial, documento avaliativo da experiência passada do docente, preferimos o exame oral de uma proposta de trabalho, verificando o posicionamento do candidato frente às epistemologias contra-hegemônicas e prospectando o futuro por ele visualizado na instituição. Fizemos uma avaliação rigorosa e consideramos muito positiva essa experiência; vamos aperfeiçoar o modelo para os próximos concursos. Por último, deixaremos uma proporção expressiva das vagas docentes sem preenchimento por concurso, reservadas para professores visitantes internacionais, de preferência provenientes de regiões, instituições e contextos parceiros de projetos de educação superior como ação emancipadora e civilizatória.

MT – *Sendo um novo modelo de ensino e educação superiores continua fiel ao tripé clássico de ensino, pesquisa e extensão. Como se estabelecerá, em termos operacionais, a relação entre essas três dimensões e como, nessa interação, a UFSB poderá contribuir para uma nova geopolítica do conhecimento?*

NAF – Temos uma posição crítica em relação ao tripé clássico, primeiro por ser clássico e depois por ser um tripé. A Universidade como instituição foi criada na Idade Média para formar quadros clericais e corporativos e, posteriormente, quadros profissionais, dirigentes do Estado e intelectuais orgânicos da burguesia emergente. Com a Reforma Humboldt, já bem tarde em sua história, agregasse a missão de produzir conhecimento original, inicialmente de base científica e tecnológica e em seguida no campo das humanidades e das artes. Somente no século passado desperta a universidade para sua missão social, mediante a ação extensionista, para apoiar iniciativas de desenvolvimento comunitário, regional e nacional, e a atuação política, em distintos modos de mobilização social. Desde Anísio Teixeira e Paulo Freire, a distinção entre ensino, pesquisa e extensão me parece pobre, superficial e injustificada. Talvez seja mais correto

falar de atos híbridos como pesquisa-ação, pesquisa-criação, pesquisa-formação, pesquisa-trans-formação, aprendizagem-trans-formação, aprendizagem-criação, aprendizagem-difusão, aprendizagem-inovação e tantas outras possíveis, e ainda outras que nem podemos imaginar. Sobre o tema da nova geopolítica do conhecimento, temos ainda pouco a dizer, talvez muito a fazer. Nesse sentido, vamos certamente considerar o tema das culturas oprimidas, subalternas e subordinadas. Para abordar esse conjunto de questões inquietantes proponho retomar a noção de etnodiversidade como interessante e útil para repensar a base conceitual da universidade brasileira, reforçando suas referências epistemológicas em Milton Santos e pedagógicas em Paulo Freire. Não obstante a importância nacional e internacional de ambos, precisamos ser críticos. O pensamento filosófico de Milton Santos permanece restrito ao território epistemológico da tecnociência, dado que, em sua obra, nota-se um respeito quase ingênuo pelos avanços da ciência e da tecnologia. Por outro lado, Paulo Freire formulou uma pedagogia talvez demasiadamente historicista, num plano mais ideológico e menos referido à base econômica da formação social, em pautas quase voluntaristas de atuação e, além disso, não se ocupou especificamente dos dilemas e temas da educação superior.

MT – *As políticas neoliberais contemporâneas têm determinado, ao longo dos últimos anos, as agendas internacionais. Tem-se verificado alguma subserviência das universidades tradicionais à lógica do capital financeiro e, sobretudo, às exigências de pesquisa determinadas pelos países denominados centrais. Como pretende a UFSB contornar a lógica mercantil e produtivista? Qual a posição da UFSB quanto à política dos rankings?*

NAF – Ainda não discutimos essas questões nos coletivos da nossa universidade. Posso expor minha posição pessoal sobre o tema. Creio que não se trata de contornar e sim de enfrentar a lógica mercantil que tanto ameaça os sistemas de ensino-aprendizagem de viés emancipador. Não podemos ser ingênuos quanto ao papel da universidade pública num contexto social, como no Brasil, onde a educação é um forte fator de promoção das desigualdades e reprodutor da dominação de classes sociais. O maior desafio enfrentado pela universidade pública na conjuntura brasileira atual revela uma aparente contradição: fazê-la socialmente responsável, reafirmando a qualidade e a competência que a definem como instituição. Este desafio desdobra-se em questões cruciais. Como reforçar a competência científica e artística da universidade e, no mesmo movimento, ampliar vagas públicas em larga escala, abrindo suas portas a segmentos sociais historicamente dela excluídos, pagando uma dívida de 200 anos de inércia, imobilidade e elitismo? Como incutir responsabilidade política na busca constante de autonomia e criatividade e, simultaneamente, fomentar princípios de eficiência e economicidade pertinentes

ao dever da gestão pública? Como reafirmar seu compromisso social e, ao fazê-lo, nela introduzir os valores de interdisciplinaridade, versatilidade, mobilidade e internacionalização definidores do espírito contemporâneo? Para de fato enfrentar a lógica mercantil, a universidade pública precisa ser criativa e eficiente, mantendo a qualidade, a excelência, mas não para os herdeiros, que é como Bourdieu, não sem fina ironia, se referiu aos estudantes que logram entrar nas instituições de elite, públicas mas não do povo. Para acolher a massa de excluídos e ter um papel relevante na integração social desses sujeitos, para produzir conhecimento local-regional e ter relevância nos projetos de desenvolvimento nacional, a universidade precisa se recriar como Universidade Popular, demonstrando cada vez mais produtividade em todas as dimensões da sua ação. Produtiva tanto na formação dos sujeitos quanto na produção de pesquisa, criação e inovação. E essa produtividade nada tem a ver com a recente moda dos rankings. Na prática, o efeito da moda dos rankings tem sido reagrupamento e reprogramação das instituições de conhecimento, especialmente na Europa Ocidental. Durante todo o século XX, ocorreu uma pulverização e dispersão das universidades do continente europeu. Nesses países, recentemente, programas de adensamento institucional têm sido promovidos visando compor novos arranjos institucionais a fim de melhorar a posição relativa das universidades desses países nos rankings internacionais. Na medida em que se trata essencialmente de uma classificação competitiva, baseada em medidas de desempenho em eixos e critérios comparados, as instituições universitárias de maior prestígio tendem a reforçar o instrumento que ratifica sua posição original de domínio. Além disso, há outro elemento de oportunidade que as universidades de escopo internacional extraem da moda dos rankings, que não devemos subestimar. Implica, guardadas as cautelas necessárias, um dispositivo gerador de distinção institucional em relação a modelos não-universitários e privados da educação universitária. Vamos ter muito o que discutir sobre esse assunto entre os nossos docentes pesquisadores e outros membros da comunidade universitária que ainda está em processo de formação.

MT – *A UFSB submeter-se-á ao aparato jurídico federal, aplicável a todas as universidades, quer no domínio da gestão quer da avaliação e da seleção de professores. Considera que a inexistência de um aparato jurídico legal específico no que se refere às dimensões enunciadas pode ser um obstáculo à viabilização de um projeto de educação superior progressista, democrático e popular?*

NAF – Será inevitável essa submissão, pois somos uma autarquia federal, no âmbito do Ministério da Educação, e todo o nosso financiamento vem do orçamento público da União. Infelizmente, o Estado brasileiro, em processo de reconstituição

após a ditadura militar, ainda não enfrentou a questão de qual é a universidade que a sociedade brasileira precisa e merece. Temos que definir se a universidade necessária para esse Brasil do Século 21 é uma burocracia, mais uma repartição pública, ou se é uma verdadeira instituição de conhecimento e criação. Penso que a questão central é de princípios. A gestão pública em geral rege-se pelos princípios constitucionais de probidade, legalidade, economicidade, impessoalidade e eficiência. Excelência, cientificidade, esteticidade, criatividade e pluralidade podem ser tomados como princípios estruturantes dessa peculiar instituição que se chama Universidade e que tem a missão histórica da educação superior, da produção de conhecimento/criação, do respeito à diversidade e da transformação crítica da sociedade. Em certos momentos, haverá mesmo contradição entre o espírito burocrático do serviço público e o *ethos* universitário: a eficiência pode prejudicar a excelência; a impessoalidade pode rejeitar o talento e a pluralidade; a legalidade pode reprimir a criatividade; a economicidade pode comprometer a estética e a cientificidade. Vejamos o caso dos concursos públicos, que já falei antes. Um edital de concurso para docência universitária é cheio de itens destinados a garantir a impessoalidade do processo, preservando direitos de técnicos e professores meramente eficientes, mas que dificultam reconhecimento e seleção dos excelentes, ou seja, os mais criativos e competentes. O modo de seleção tipo concurso é por vários motivos menos acadêmico e mais cartorial, facilitando intermináveis recursos e processos judiciais. Além disso tudo, para realizar concursos públicos de pessoal técnico e administrativo, temos que seguir a lista de funções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essa submissão da universidade ao padrão do serviço público dificulta, inclusive, a gestão orientada por produtividade acadêmica e eficiência social, que implicaria maior flexibilidade para admitir, avaliar e, quando for o caso, demitir. E, mais que tudo, esse conjunto de restrições e dissonâncias entre o caráter público e a missão social pode se tornar em flagrante contradição, realmente se configurando como obstáculo à viabilização de um projeto concreto de Universidade Popular, como é nossa intenção no Sul da Bahia. Defendo a tese de que a autonomia mítica da universidade do século XIX não mais se justifica. Antes, a instituição universitária se apresentava como vanguarda de uma elite, postulava-se como consciência crítica da sociedade e, por isso, era pouco questionada. O mundo mudou desde então. Hoje a universidade precisa de modo continuado demonstrar seu valor político e social como instrumento necessário ao desenvolvimento econômico e humano da nação. Precisamos recobrar nossa autonomia paradoxalmente engajando a comunidade de modo participativo, para que a sociedade passe a nos cobrar não por normas e regras bem cumpridas, mas por objetivos socialmente relevantes efetivamente alcançados.

MT – *O desenho institucional da UFSB prevê o trabalho em rede, tanto ao nível intra-institucional (a relação dos CUNIs com os pólos), como inter-institucional (ao nível municipal, estadual e federal do setor público). Tal concepção fundamenta-se na construção de uma lógica contra-hegemônica. Como a UFSB está lidando em termos tecnológicos com o desafio de construir um trabalho em rede com as instituições públicas que têm concepções e valores tão avessos a uma concepção democrática e emancipatória da educação superior e ao trabalho de colaboração com outras instituições? Quais os principais obstáculos sentidos no processo de implantação?*

NAF – Realmente se trata de mais um grande desafio a ser enfrentado. Mas a cada dia nos surpreendemos positivamente. Instâncias políticas, órgãos de governo, organizações comunitárias e movimentos sociais têm colaborado de todas as maneiras que conseguem, muitas vezes acolhendo e promovendo formas coletivas de apoio. Em termos tecnológicos, vamos criar uma solução para resolver uma lacuna de acesso a recursos educacionais implantando uma rede digital de alta velocidade que alcançará a todos os municípios e localidades da Rede Anísio Teixeira, o que terminará gerando maior abertura das populações isoladas ao mundo externo. E aí parece que os agentes sociais e econômicos do interior da Bahia, pelo menos as populações do Sul da Bahia, já intuem esse potencial integrador da chegada da Universidade, mas certamente vários dos atores nesse processo ainda não tomaram consciência de que mais atuação política, controle social e efeito participativo serão gerados e fomentados pela ação pedagógica e transformadora da educação superior. Talvez por isso ainda não tenhamos enfrentado obstáculos de monta no processo; temos encontrado de fato muita convergência e entusiasmo da parte dos professores, dirigentes, estudantes e representantes dos diversos segmentos da sociedade grapiúna (palavra Tupi que é o designativo dos naturais do Sul da Bahia).

MT – *Na Introdução do seu livro A Universidade do Século XXI: para uma Universidade Nova (2008) descreve o encontro com Boaventura de Sousa Santos, que, apesar de ser europeu, se posiciona a partir do Sul. A Universidade Popular dos Movimentos Sociais é uma outra estratégia para a construção de uma globalização contra-hegemônica. É uma espécie de braço acadêmico dos movimentos sociais. Que influências teve o pensamento de Boaventura na construção do modelo de ensino e educação da UFSB? Considera que a UFSB poderá ser um braço acadêmico das políticas sociais dos governos Lula e Dilma?*

NAF – Considerando o processo de globalização, o espaço-tempo cada vez mais comprimindo e a diversidade cultural do mundo, a renovação da Universidade precisa de uma teoria crítica da sociedade e da cultura como fundamento para seus projetos político pedagógicos. Para isso, recorreremos à “sociologia das emergências” e a “ecologia dos saberes”, conceitos propostos por Boaventura, a partir da reflexão sobre o fenômeno do multiculturalismo e construção de uma globalização contra-hegemônica, derivando a partir daí conceitos mais ampliados como, por exemplo, o de Etnodiversidade e Epistemodiversidade. Nesse sentido, pretendemos nos envolver em movimentos simultâneos de incorporação da globalidade e de peculiaridades regionais como estratégia para uma internacionalização contra-hegemônica, produzindo conhecimentos adequados aos contextos e formando indivíduos capazes de dar conta das tarefas de compreender e intervir nessa realidade complexa e cambiante. Mas sabemos que lutamos contra-corrente, pois a universidade brasileira falha como instrumento ou dispositivo de inclusão social. No sistema de reprodução social do nosso país, age mais como promotora de desigualdades. Vagas em universidades públicas de melhor qualidade e nos cursos de maior prestígio social eram (e ainda são, em grande medida, apesar das políticas de ações afirmativas compensatórias) destinadas quase que exclusivamente a uma minoria. Quando comecei a formular este argumento, pensava – é injusto alguém, por ter dinheiro, poder comprar o acesso de seus filhos à educação superior pública, excluindo os que não têm posses. Já achava isso terrível, mas depois que tomei conhecimento dos estudos do Ipea, com dados oficiais, demonstrando que parte das despesas de educação dos filhos das elites é ressarcida pelo sistema tributário regressivo, verificamos que os brasileiros pobres pagam a educação dos ricos. A injustiça torna-se perversão, uma tripla perversão realmente absurda. Resultado: no Brasil, os sujeitos são formados desprezando o caráter público do Estado, engajados em projetos individualistas, numa relação muitas vezes até predatória com a instituição pública de educação. Relacionam-se com a universidade pública como o lugar onde vão adquirir ou garantir um futuro profissional, uma carreira pessoal, seu projeto individual ou familiar, sem qualquer construção de solidariedade pelo pertencimento à instituição universitária sustentada pela sociedade. Contestar essa perversão, romper com a cultura institucional da omissão, produzir formas de resistência e testar modelos de superação dos dilemas e barreiras enfrentadas pela velha instituição bonapartista, eis a missão que a mais nova universidade federal do Brasil toma para si como projeto político-institucional.

Julho de 2014